

LEI Nº 955/2017

EMENTA: Estrutura e Organiza a Educação Pública Municipal e institui o Plano de Carreiras e Remuneração para os Profissionais da Educação, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Parnamirim, Estado de Pernambuco, usando das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Parnamirim, APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei:

**CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta lei modifica e dá nova redação ao Plano de Carreira e Remuneração dos profissionais do magistério do Município de Parnamirim – PE, em cumprimento a Lei Federal nº 11.738/2008 de 16 de julho e observado, ainda o que estabelece a Lei Federal nº 9.394/1996 e, Lei Federal nº 13.005/2014, que aprova o Plano de Nacional de Educação e a Lei Municipal nº 889/2015 Plano Municipal de Educação. Parágrafo Único: As disposições comuns a todos os servidores municipais que não constam nesta Lei serão regidas, subsidiariamente, pela lei nº 8.112/90 – Regime Jurídico Único e pela Lei Nº 6.123/1968 Estatuto do Servidor Público do estado de Pernambuco.

**CAPITULO II
DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS**

Art. 2º Para fins de interpretação deste Plano de Carreira e Remuneração, adotar-se-ão os seguintes critérios:

- I – Rede de ensino público: conjunto de instituições e órgãos que realizam atividades de educação sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação;
- II – Profissionais da Educação Básica do ensino público: os profissionais que desempenham atividades diretas ou correlatas as atividades de ensino e aprendizagem em unidades escolares, bem como os técnicos administrativos educacionais;
- III – Professor: profissional da carreira cujas atribuições abrangem a docência e



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM-PE

Governando para o Povo

Gabinete do Prefeito

- funções do magistério;
- IV - Docente: profissionais do magistério que atua diretamente com o aluno em pleno exercício de sala de aula;
- IV – Funções do Magistério: atividades de docência e de suporte pedagógico direto a docência, aí incluídos a administração escolar, supervisão, coordenação pedagógica e técnico educacional;
- V – Carreira: organização estruturada de cargos do mesmo nível que define a evolução funcional dos profissionais do Magistério Público Municipal;
- VI – Matriz de vencimento: posição em que o professor deverá está enquadrado na carreira, segundo a titulação;
- VII – Faixa: subdivisão de uma classe em escala vertical, correspondente a diversos níveis de vencimento, resultante da avaliação de desempenho e do tempo de efetivo serviço no magistério;
- VIII – Classe: agrupamento de cargos da mesma profissão, e com idênticas atribuições, responsabilidades e vencimentos. As 'classes' constituem os degraus de acesso na carreira;
- IX – Nível: posição do profissional do magistério municipal na Matriz de vencimentos conforme sua titulação referente a formação/qualificação;
- X – Vencimento Base: retribuição pecuniária devido ao profissional do magistério pelo exercício do cargo conforme Matriz de vencimento;
- XI – Remuneração: retribuição pecuniária devido ao profissional do magistério pelo exercício do cargo, composto pelo vencimento base acrescido das demais vantagens pessoais estabelecidas em Lei;
- XII – Gratificação: retribuição pecuniária devida ao profissional do magistério pelo exercício da função específica estabelecida nesta Lei;
- XIII – Aula-atividade: carga horária garantida ao professor em regência de sala de aula ou em atividade direta com o aluno;
- XIV – Sistema Municipal de Ensino: conjunto de instituições e órgãos que realizam atividades de educação sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

CAPITULO III
DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º - A Carreira dos profissionais do Magistério Público Municipal de Parnamirim – PE, tem como princípios básicos:

- I – O ingresso mediante concurso público de provas e títulos, por área de atuação e formação correspondente ao cargo;
- II – A profissionalização, que pressupõe qualificação profissional, com remuneração condigna e condições adequadas de trabalho;

Gabinete do Prefeito

- III – A valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;
- IV – A progressão e promoções periódicas;
- V - Erradicação do analfabetismo;
- VI - Universalização do atendimento escolar;
- VII - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- VIII - Melhoria da qualidade da educação;
- IX - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamentam a sociedade;
- X - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- XI - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

CAPÍTULO IV

DO INGRESSO E FORMAÇÃO MÍNIMA PARA O INGRESSO

SEÇÃO I

DO GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO

Art. 4º - A carreira dos Profissionais do Magistério do ensino público municipal é integrada por grupo único dos seguintes cargos de provimento efetivo:

- I – Professor I: Professor(a) da Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e da Educação de Jovens e Adultos correspondente ao ensino fundamental de 8 (oito) anos (1ª a 4ª) series;
- II – Professor II: Professor(a) dos anos finais do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e da Educação de Jovens e Adultos correspondente ao ensino fundamental de 8 (oito) anos (5ª a 8ª) series;

SEÇÃO II

DO INGRESSO NA CARREIRA

Art. 5º - O ingresso dos profissionais do Magistério no Quadro de Pessoal

Gabinete do Prefeito

Permanente deste município dar-se-á por meio de Concurso Público de provas e títulos, por área de atuação e formação correspondente ao cargo, nos termos da legislação vigente.

SEÇÃO III

DA FORMAÇÃO MÍNIMA PARA INGRESSO NA CARREIRA

Art. 6º - Constitui requisito mínimo para ingresso na carreira, habilitação específica para cada cargo, de acordo com o que estabelece a Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações posteriores.

CAPITULO V

DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

SEÇÃO I

DA PROGRESSÃO

Art. 7º - O desenvolvimento na carreira dos cargos do Sistema Municipal de Ensino poderá ocorrer mediante os seguintes procedimentos:

I – Progressão Horizontal: passagem do servidor de um nível para o seguinte, dentro de uma mesma classe, obedecendo aos critérios de titulação/nova habilitação;

II – Progressão Vertical: passagem do servidor de uma classe para outra, obedecendo aos critérios de tempo de serviço.

Parágrafo Único: a progressão horizontal ocorrerá somente após cumprimento do estágio probatório, na forma da Lei.

SEÇÃO II

DA PROGRESSÃO HORIZONTAL

Art. 8º - A carreira dos Profissionais da Educação Básica do ensino público municipal está estruturada em 05 (cinco) níveis para o Cargo de Professor I,

Gabinete do Prefeito

designadas pelos números I, II, III, IV e V; e em 04 (quatro) níveis para o cargo de Professor II, designadas pelos números I, II, III e IV.

Art. 9º - Os cargos do grupo ocupacional do magistério- Professor I e Professor II – estão divididos horizontalmente para efeito de progressão por qualificação profissional nos seguintes níveis:

I – Para o cargo de Professor I:

- a) Nível I - Professor portador de curso normal médio;
- b) Nível II – Professor portador de graduação em curso de licenciatura plena/pedagogia;
- c) Nível III – Professor portador de curso de graduação em curso de licenciatura plena ou pedagogia que obtiver curso de pós-graduação "latu sensu", com carga horária nunca inferior a 360 (trezentos e sessenta) horas-aulas;
- d) Nível IV - Professor portador de curso de Pós-graduação "strit sensu" – Mestrado, em área relacionada à sua atuação ao cargo;
- e) Nível V – Professor portador de curso Pós-graduação "strit sensu" – Doutorado, em área relacionada à sua atuação ao cargo.

II – Para o cargo de Professor II:

- a) Nível I – Professor portador de graduação em licenciatura plena, em área relacionada à sua atuação;
- b) Nível II – Professor portador de graduação em licenciatura plena com curso de pós-graduação "lato sensu" com carga horária nunca inferior à 360 (trezentos e sessenta) horas aulas, em área relacionada à sua atuação;
- c) Nível III - Professor portador de curso de Pós-graduação "strito sensu" – Mestrado, em área relacionada à sua atuação ao cargo;
- d) Nível IV – Professor portador de curso de Pós-graduação "strito sensu" – Doutorado, em área relacionada à sua atuação ao cargo.

§ 1º - Os cursos de que tratam o caput desta Lei deverão ser realizados em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação.

Gabinete do Prefeito

§ 2º - Entende-se por área relacionada a sua atuação a que se refere as alíneas "a" e "c", do inciso II deste artigo, os cursos de graduação e especialização no ensino das áreas específicas de História, Geografia, Letras, Matemática, Ciências, Arte, Educação Física e áreas correlatas.

§ 3º - Os cursos de pós-graduação "lato sensu" e "stricto sensu" previsto nesta Lei, quando realizados em outros países, somente serão considerados, para fins de progressão, se forem revalidados por instituições brasileiras credenciadas para este fim.

§ 4º - O enquadramento horizontal aos profissionais do Grupo Ocupacional do Magistério – Professor I e Professor II dar-se-á mediante comprovação da titulação por meio de Certificação ou Diploma do curso concluído.

Art. 10 - Para a progressão de nível, os percentuais serão assim aplicados:

I – Para o cargo de Professor I:

- a) Do Nível I para o Nível II será garantido um percentual de 4% (quatro por cento) sobre o vencimento inicial da carreira.
- b) Do Nível II para o Nível III será garantido um percentual de 4% (quatro por cento) sobre o vencimento anterior da carreira
- c) Do Nível III para o Nível IV será garantido um percentual de 4% (quatro por cento) sobre o vencimento anterior da carreira.
- d) Do Nível IV para o Nível V será garantido um percentual de 4% (quatro por cento) sobre o vencimento anterior da carreira.

II – Para o cargo de Professor II:

- a) Do Nível I para o Nível II será garantido um percentual de 4% (quatro por cento) sobre o vencimento inicial da carreira.

Gabinete do Prefeito

- b) Do Nível II para o Nível III será garantido um percentual de 4% (quatro por cento) sobre o vencimento anterior da carreira.
- c) Do Nível III para o Nível IV será garantido um percentual de 4% (quatro por cento) sobre o vencimento anterior da carreira.

§ 1º A progressão por titulação será efetivada a partir do deferimento do executivo municipal, retroagindo os efeitos da decisão concessiva a data do requerimento.

§ 2º No caso de promoção de um nível para outro imediatamente superior, o profissional deverá obedecer ao interstício mínimo de 5 (cinco) anos.

§ 3º O servidor que adquirir nova titulação, nos termos do caput deste artigo passará ao nível de vencimento correspondente à sua nova habilitação, permanecendo na mesma classe.

SEÇÃO III
DA PROGRESSÃO VERTICAL

Art. 11 – A carreira dos Profissionais da Educação Pública Municipal está estruturada em 04 (quatro) classes, designadas pelas letras maiúsculas A, B, C e D.

Art. 12 – A Progressão por Faixa dar-se-á mediante avaliação de desempenho, escalonada pelos números cardinais 1, 2, 3, 4 e 5 , com adicional de 0,50% (meio por cento) entre as faixas.

§ 3º A avaliação de desempenho, respeitará o limite Máximo de 5% (cinco por cento) do efetivo em regência de sala, anualmente, conforme o anexo V desta Lei.

§ 2º A Progressão por desempenho dar-se-á mediante monitoramento, formulário específico, das atividades docentes durante o ano letivo com avaliação no final do exercício e com a participação do Conselho Escolar, enviado a Secretaria de

Gabinete do Prefeito

Educação que observará o percentual de 5% (cinco por cento) do contingente de professores em regência para fins de promoção, que acontecerá em janeiro do ano subsequente.

§ 3º Os critérios para avaliação desempenho constam no anexo V desta Lei.

Art. 13 – Os cargos do grupo ocupacional – Professor I, Professor II estão divididos verticalmente para efeito de progressão por tempo de serviço nas seguintes classes:

I – Classe A – 10 anos completos;

II – Classe B – 15 anos completos;

III – Classe C – 20 anos completos;

IV – Classe D – 25 anos completos.

Parágrafo Único – O enquadramento horizontal aos profissionais do Grupo Ocupacional do Magistério- Professor I e Professor II dar-se-á automaticamente a partir do cumprimento do tempo de serviço previsto neste artigo.

Art. 14 – Para a progressão entre as classes em um mesmo nível, será garantido um percentual de 2% (dois por cento) entre uma classe e outra, de modo que a classe B de cada nível corresponderá ao valor da Classe A acrescido de 2% (dois por cento) e assim, sucessivamente, até a Classe D.

Art. 15 – Ao integrante do grupo ocupacional do magistério, investido para ocupar função de suporte técnico-pedagógico na rede pública municipal de educação, ficam assegurados todos os direitos e prerrogativas inerentes ao desenvolvimento na carreira pelo disposto da progressão.

CAPÍTULO VI
DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Gabinete do Prefeito

Art. 16 – Objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a promoção na carreira será assegurada a oferta, através de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas, de programas de aperfeiçoamento em serviço e de outras atividades de atualização profissional, segundo normas definidas pelo Poder Executivo.

Art. 17 – A licença para qualificação profissional, consiste no afastamento do membro da carreira de suas funções, computado o tempo de afastamento para todos os fins de direito, e será concedida:

I – para frequência em cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, obrigatoriamente em sua área de atuação, em instituição credenciada, desde que não exista à oferta no Município;

II – para participação em congresso, simpósio ou similares referentes à educação e ao magistério;

III – deve ser contabilizado para ações de formação de hora-atividade que o professor faz jus, de acordo com a lei nº 11.738/2008.

§ 1º O afastamento de que trata o inciso I deste artigo será de 50% (cinquenta por cento) da carga horária total do professor que obtiver matrícula efetiva em curso de Mestrado e Doutorado, em instituições devidamente credenciadas, computado o tempo do afastamento para todos os fins de direito.

§ 2º O afastamento para participar de cursos de especialização em Mestrado e em Doutorado poderá ser concedido por até 02 (dois) anos, com frequência do professor cursista comprovada por declaração da instituição credenciada sem prejuízo nos vencimentos.

§ 3º O professor afastado para participar de cursos reconhecidos pelo Poder Público fica obrigado, quando da sua conclusão, a permanecer em exercício do Magistério Público Municipal por período idêntico ao do afastamento, sob pena de

Gabinete do Prefeito

devolução dos recursos porventura gastos pelo município em razão do seu afastamento.

§ 4º O afastamento de que trata este artigo não será concedido ao profissional do magistério em estágio probatório.

CAPÍTULO VII
DO CONTRATO E JORNADA DE TRABALHO

Art. 18 – A composição da jornada de trabalho para o professor estatutário em efetivo exercício da docência, obedecerá ao estabelecido pela Lei 11.738/2008.

Art. 19 – A jornada de trabalho do profissional da educação pública municipal será:

I – para o Professor I, de 30 horas semanais, correspondente a 150 horas mensais;

II – para Professor II, de 40 horas semanais, correspondente a 200 horas mensais.

§ 1º Compõem-se a carga-horária do professor regente:

I – horas-aula: 2/3 da carga horária mensal;

II – aulas-atividade: 1/3 da carga horária mensal.

§ 2º A duração das aulas do turno diurno será de 50min (cinquenta minutos), e a duração das aulas do turno noturno será de 40min (quarenta minutos).

§ 3º Terão direito a aula-atividade somente os profissionais que exercem a docência e em atuação direta com o aluno.

§ 4º A jornada de trabalho dos professores em atividade técnico-pedagógica e administrativo educacional será fixada em 40 (quarentas) horas semanais.

§ 5º Os professores de 150 (cento e cinquenta) horas mensais em exercício de

Gabinete do Prefeito

função técnico-pedagógica farão jus a um acréscimo de 50 (cinquenta) horas a sua carga- horária de origem, enquanto estiver no exercício da função.

§ 6º As horas trabalhadas além do contrato serão pagas de forma proporcional à sua remuneração, levando em conta o nível e a classe em que está inserido.

Art. 20 – A convocação para a prestação de serviço em regime de 40 (quarenta) horas semanais poderá ser mediante parecer favorável da Secretaria de Educação; autorizada pelo executivo municipal conforme vagas disponíveis na unidade de ensino.

Parágrafo Único: A interrupção da convocação de que trata o caput do artigo ocorrerá:

I – a pedido do interessado;

II – por determinação da Secretaria de Educação.

CAPÍTULO VIII
DA REMUNERAÇÃO
SEÇÃO I
DO VENCIMENTO

Art. 21 – O vencimento do profissional do ensino público municipal corresponde ao valor relativo ao nível de habilitação e classe em que se encontre.

Parágrafo Único: A estrutura de vencimento e de carreira será organizada conforme tabelas do anexo I e II desta Lei, excetuando-se as vantagens.

SEÇÃO II
DAS VANTAGENS

Gabinete do Prefeito

Art. 22 – Além do vencimento, o profissional do ensino público municipal fará jus as seguintes vantagens:

I – gratificação pelo exercício do magistério, em docência;

II – gratificação pelo exercício de função técnico-pedagógica ou administrativa educativa;

III – adicional de difícil acesso;

§ 1º O adicional de Difícil Acesso de que trata o inciso III deste artigo será concedida aos professores onde a distância entre sua residência e a unidade escolar seja superior a 3 km (três quilômetros), e para movimento dentro do território municipal.

§ 2º Fica vetado o adicional de Difícil Acesso aos profissionais do ensino público que sejam conduzidos por transporte custeado pelo município.

§ 3º A gratificação de que trata o inciso II deste artigo, obedecerá ao porte da escola, conforme especificado no Anexo IV, desta Lei.

§ 4º As gratificações e adicionais relacionadas neste artigo cessarão quando o professor em regência ou no exercício de suporte técnico-pedagógico ou administrativo deixar de realizar a função gratificada.

§ 5º As gratificações e adicionais de que trata este artigo constam no anexo III desta Lei.

CAPÍTULO IX
DAS FÉRIAS

Art. 23 – O período de férias anual do professor em função docente ou nas demais funções será de 30 (trinta) dias.

§ 1º Fica garantido o recesso escolar, sem remuneração, pelo período de 15

Gabinete do Prefeito

(quinze) dias, na 2ª (segunda) quinzena do mês de julho de cada ano, fixado no Calendário Escolar.

Art. 24 - O professor deverá receber remuneração correspondente a 1/3 (um terço) dos vencimentos correspondente às férias e devendo ser pago até o dia 10(dez) do mês do gozo.

Parágrafo Único: O período de férias de que trata o caput deste artigo será concedido após o término do ano letivo, de acordo com o Calendário Anual, de forma a atender as necessidades didáticas e administrativas do estabelecimento.

CAPÍTULO X
DA CESSÃO

Art. 25 – Cessão é o ato através do qual o profissional é posto à disposição de entidade ou órgão não integrante da rede municipal de ensino.

§ 1º A cessão será sem ônus para o órgão de origem, concedida pelo prazo Máximo de 1(um) ano, renovável anualmente, segundo a necessidade e a possibilidade das partes.

§ 2º Em casos excepcionais, a cessão poderá ocorrer com ônus para o município quando:

I – se tratando de instituições sem fins lucrativos, especializadas e com atuação em educação especial;

II – se tratar de diretor da entidade de representação sindical;

III – a entidade ou órgão solicitante compensar a Secretaria Municipal de Educação com serviço de valor equivalente ao custo cedido.

§ 3º Os professores postos a disposição do Estado de Pernambuco que comprovarem o exercício regular da função docente será garantida toda a vantagem pecuniária inerentes ao cargo.

Gabinete do Prefeito

§ 4º A cessão para o exercício de atividades estranhas ao ensino público municipal, interrompe o interstício para a promoção e impossibilita participação em avaliações de desempenho.

CAPITULO XI
DA READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO

Art. 26 – A readaptação será feita nas funções pedagógicas, com base em processo especial que indique o melhor aproveitamento funcional do ocupante do cargo do magistério, em virtude de alteração em seu estado de saúde.

§ 1º A readaptação depende de laudo médico, expedido por junta médica oficial do Município, que conclua pelo afastamento temporário ou definitivo do servidor do exercício das atribuições específicas de seu cargo.

§ 2º O servidor readaptado por tempo indeterminado deverá se submeter a exames médicos periódicos para reavaliação da condição apresentada, afim de renovar o processo de readaptação.

§ 3º O(a) Professor(a) Readaptado(a) deverá encaminhar anualmente a Secretaria de Educação e Setor de Recursos Humanos, por meio de Ofício Projetos e ações por ele desenvolvido em função de seus conhecimentos e habilidades para que seja registrado na ficha funcional do servidor, evitando, assim, que haja prejuízo em sua aposentadoria.

Parágrafo Único: A readaptação de que trata este artigo consiste na interrupção do exercício das atribuições específicas do cargo para desempenho de outras atividades na escola ou em órgão do Sistema, compatíveis com a condição de saúde do servidor.

CAPÍTULO XII

DA COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANO DE CARREIRAS E REMUNERAÇÃO

Art. 27 – Fica instituída a Comissão de Gestão do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Ensino Público, com caráter permanente, para orientar a implantação, a operacionalização e a avaliação do Plano.

Art. 28 – A Comissão de Gestão do Plano de Carreira e remuneração será composta por:

1. Representantes da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Maria Lourdes de Carvalho Dantas
Suplente: Derivalda de Araujo Freire
2. Representantes da Secretaria de Administração e Finanças
Titular: Daniel Pontes Junior
Suplente: Sivaldo Nogueira de Barros
3. Representantes do Departamento Jurídico
Titular: Neyla Tatyanna Amaro Alencar
Suplente: Carlos Eduardo Mendes de Sá
4. Representantes do Conselho Municipal de Educação
Titular: Maria Eliana Alves da Costa
Suplente: Maria Genoveva da Silva Xavier
5. Representantes do Conselho do FUNDEB
Titular: Francisca Genicleide Cordeiro Lima
Suplente: Severina Dias
6. Representantes do Sindicato dos Profissionais da Educação
Titular: Lucimária Lopes Freire
Suplente: Damiana Maria Viana
7. Representantes da Câmara de Vereadores

Gabinete do Prefeito

Titular: Haberland Ângelo de Miranda

Suplente: Jussuenio José Cordeiro Lima

CAPITULO XIII

DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 – Os cargos que não estiverem previstos neste plano de carreira e remuneração passam a constituir um quadro de carreira em extinção.

Art. 30 – Fica permitida a contratação de profissional do ensino, por tempo determinado, para atender as necessidades de substituição temporária.

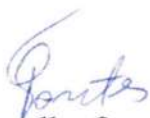
Parágrafo Único: Pelo menos 70% (setenta por cento) dos profissionais do magistério devem ser ocupantes de cargos de provimento efetivo, e estarem em exercício nas unidades escolares a que se encontram vinculados.

Art. 31 – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta dos recursos consignados no orçamento.

Art. 32 – Fica estabelecido, anualmente, o mês de janeiro como base para revisão desta Lei e atualização dos vencimentos.

Art. 33 – Esta Lei entrará em vigor na data de publicação, revogando as disposições em contrário.

Parnamirim, 21 de dezembro de 2017.



Tácio Carvalho Sampaio Pontes
-PREFEITO-

ANEXO I

Matriz de vencimento base do Professor I: 30h/a e 40h/a

ANEXO II

Matriz de vencimento base do Professor II: 30h/a e 40h/a

ANEXO III

Das gratificações : Função e Magistério

ANEXO IV

Classificação dos portes das escolas pelo número de matrícula

ANEXO V

Formulário de monitoramento para fins de Avaliação de Desempenho do professor em docência

ANEXO I

PROFESSOR I 40H

CLASSE	FAIXA	MATRIZ DE VENCIMENTOS				
		I	II	III	IV	V
A	1	R\$ 2.298,80	R\$ 2.390,75	R\$ 2.486,38	R\$ 2.585,84	R\$ 2.689,27
	2	R\$ 2.310,29	R\$ 2.402,71	R\$ 2.498,81	R\$ 2.598,77	R\$ 2.702,72
	3	R\$ 2.321,85	R\$ 2.414,72	R\$ 2.511,31	R\$ 2.611,76	R\$ 2.716,23
	4	R\$ 2.333,45	R\$ 2.426,79	R\$ 2.523,86	R\$ 2.624,82	R\$ 2.729,81
	5	R\$ 2.345,12	R\$ 2.438,93	R\$ 2.536,48	R\$ 2.637,94	R\$ 2.743,46
B	1	R\$ 2.344,78	R\$ 2.438,57	R\$ 2.536,11	R\$ 2.637,55	R\$ 2.743,06
	2	R\$ 2.356,50	R\$ 2.450,76	R\$ 2.548,79	R\$ 2.650,74	R\$ 2.756,77
	3	R\$ 2.368,28	R\$ 2.463,01	R\$ 2.561,53	R\$ 2.664,00	R\$ 2.770,56
	4	R\$ 2.380,12	R\$ 2.475,33	R\$ 2.574,34	R\$ 2.677,32	R\$ 2.784,41
	5	R\$ 2.392,02	R\$ 2.487,71	R\$ 2.587,21	R\$ 2.690,70	R\$ 2.798,33
C	1	R\$ 2.391,67	R\$ 2.487,34	R\$ 2.586,83	R\$ 2.690,31	R\$ 2.797,92
	2	R\$ 2.403,63	R\$ 2.499,78	R\$ 2.599,77	R\$ 2.703,76	R\$ 2.811,91
	3	R\$ 2.415,65	R\$ 2.512,27	R\$ 2.612,76	R\$ 2.717,28	R\$ 2.825,97
	4	R\$ 2.427,73	R\$ 2.524,84	R\$ 2.625,83	R\$ 2.730,86	R\$ 2.840,10
	5	R\$ 2.439,86	R\$ 2.537,46	R\$ 2.638,96	R\$ 2.744,52	R\$ 2.854,30
D	1	R\$ 2.439,50	R\$ 2.537,09	R\$ 2.638,57	R\$ 2.744,11	R\$ 2.853,88
	2	R\$ 2.451,70	R\$ 2.549,77	R\$ 2.651,76	R\$ 2.757,83	R\$ 2.868,15
	3	R\$ 2.463,96	R\$ 2.562,52	R\$ 2.665,02	R\$ 2.771,62	R\$ 2.882,49
	4	R\$ 2.476,28	R\$ 2.575,33	R\$ 2.678,35	R\$ 2.785,48	R\$ 2.896,90
	5	R\$ 2.488,66	R\$ 2.588,21	R\$ 2.691,74	R\$ 2.799,41	R\$ 2.911,38

PROFESSOR I 30H

CLASSE	FAIXA	MATRIZ DE VENCIMENTOS				
		I	II	III	IV	V
A	1	R\$ 1.724,10	R\$ 1.793,06	R\$ 1.864,79	R\$ 1.939,38	R\$ 2.016,95
	2	R\$ 1.732,72	R\$ 1.802,03	R\$ 1.874,11	R\$ 1.949,07	R\$ 2.027,04
	3	R\$ 1.741,38	R\$ 1.811,04	R\$ 1.883,48	R\$ 1.958,82	R\$ 2.037,17
	4	R\$ 1.750,09	R\$ 1.820,09	R\$ 1.892,90	R\$ 1.968,61	R\$ 2.047,36
	5	R\$ 1.758,84	R\$ 1.829,20	R\$ 1.902,36	R\$ 1.978,46	R\$ 2.057,60
B	1	R\$ 1.758,58	R\$ 1.828,93	R\$ 1.902,08	R\$ 1.978,17	R\$ 2.057,29
	2	R\$ 1.767,37	R\$ 1.838,07	R\$ 1.911,59	R\$ 1.988,06	R\$ 2.067,58
	3	R\$ 1.776,21	R\$ 1.847,26	R\$ 1.921,15	R\$ 1.998,00	R\$ 2.077,92
	4	R\$ 1.785,09	R\$ 1.856,50	R\$ 1.930,76	R\$ 2.007,99	R\$ 2.088,31
	5	R\$ 1.794,02	R\$ 1.865,78	R\$ 1.940,41	R\$ 2.018,03	R\$ 2.098,75
C	1	R\$ 1.793,75	R\$ 1.865,50	R\$ 1.940,12	R\$ 2.017,73	R\$ 2.098,44
	2	R\$ 1.802,72	R\$ 1.874,83	R\$ 1.949,82	R\$ 2.027,82	R\$ 2.108,93
	3	R\$ 1.811,74	R\$ 1.884,21	R\$ 1.959,57	R\$ 2.037,96	R\$ 2.119,47
	4	R\$ 1.820,79	R\$ 1.893,63	R\$ 1.969,37	R\$ 2.048,15	R\$ 2.130,07
	5	R\$ 1.829,90	R\$ 1.903,09	R\$ 1.979,22	R\$ 2.058,39	R\$ 2.140,72
D	1	R\$ 1.829,63	R\$ 1.902,81	R\$ 1.978,93	R\$ 2.058,08	R\$ 2.140,41
	2	R\$ 1.838,78	R\$ 1.912,33	R\$ 1.988,82	R\$ 2.068,37	R\$ 2.151,11
	3	R\$ 1.847,97	R\$ 1.921,89	R\$ 1.998,77	R\$ 2.078,72	R\$ 2.161,86
	4	R\$ 1.857,21	R\$ 1.931,50	R\$ 2.008,76	R\$ 2.089,11	R\$ 2.172,67
	5	R\$ 1.866,50	R\$ 1.941,16	R\$ 2.018,80	R\$ 2.099,55	R\$ 2.183,54

ANEXO II

PROFESSOR II 40H

CLASSE	FAIXA	MATRIZ DE VENCIMENTOS			
		I	II	III	IV
A	1	R\$ 2.390,75	R\$ 2.486,38	R\$ 2.585,84	R\$ 2.689,27
	2	R\$ 2.402,70	R\$ 2.498,81	R\$ 2.598,76	R\$ 2.702,71
	3	R\$ 2.414,72	R\$ 2.511,31	R\$ 2.611,76	R\$ 2.716,23
	4	R\$ 2.426,79	R\$ 2.523,86	R\$ 2.624,82	R\$ 2.729,81
	5	R\$ 2.438,92	R\$ 2.536,48	R\$ 2.637,94	R\$ 2.743,46
B	1	R\$ 2.438,57	R\$ 2.536,11	R\$ 2.637,55	R\$ 2.743,05
	2	R\$ 2.450,76	R\$ 2.548,79	R\$ 2.650,74	R\$ 2.756,77
	3	R\$ 2.463,01	R\$ 2.561,53	R\$ 2.663,99	R\$ 2.770,55
	4	R\$ 2.475,33	R\$ 2.574,34	R\$ 2.677,31	R\$ 2.784,41
	5	R\$ 2.487,70	R\$ 2.587,21	R\$ 2.690,70	R\$ 2.798,33
C	1	R\$ 2.487,34	R\$ 2.586,83	R\$ 2.690,30	R\$ 2.797,92
	2	R\$ 2.499,77	R\$ 2.599,76	R\$ 2.703,75	R\$ 2.811,90
	3	R\$ 2.512,27	R\$ 2.612,76	R\$ 2.717,27	R\$ 2.825,96
	4	R\$ 2.524,83	R\$ 2.625,83	R\$ 2.730,86	R\$ 2.840,09
	5	R\$ 2.537,46	R\$ 2.638,96	R\$ 2.744,51	R\$ 2.854,29

PROFESSOR II 30H

CLASSE	FAIXA	MATRIZ DE VENCIMENTOS			
		I	II	III	IV
A	1	R\$ 1.793,06	R\$ 1.864,78	R\$ 1.939,37	R\$ 2.016,95
	2	R\$ 1.802,03	R\$ 1.874,11	R\$ 1.949,07	R\$ 2.027,03
	3	R\$ 1.811,04	R\$ 1.883,48	R\$ 1.958,82	R\$ 2.037,17
	4	R\$ 1.820,09	R\$ 1.892,89	R\$ 1.968,61	R\$ 2.047,35
	5	R\$ 1.829,19	R\$ 1.902,36	R\$ 1.978,45	R\$ 2.057,59
B	1	R\$ 1.828,92	R\$ 1.902,08	R\$ 1.978,16	R\$ 2.057,29
	2	R\$ 1.838,07	R\$ 1.911,59	R\$ 1.988,05	R\$ 2.067,57
	3	R\$ 1.847,26	R\$ 1.921,15	R\$ 1.997,99	R\$ 2.077,91
	4	R\$ 1.856,49	R\$ 1.930,75	R\$ 2.007,98	R\$ 2.088,30
	5	R\$ 1.865,77	R\$ 1.940,41	R\$ 2.018,02	R\$ 2.098,74
C	1	R\$ 1.865,50	R\$ 1.940,12	R\$ 2.017,72	R\$ 2.098,43
	2	R\$ 1.874,83	R\$ 1.949,82	R\$ 2.027,81	R\$ 2.108,93
	3	R\$ 1.884,20	R\$ 1.959,57	R\$ 2.037,95	R\$ 2.119,47
	4	R\$ 1.893,62	R\$ 1.969,37	R\$ 2.048,14	R\$ 2.130,07
	5	R\$ 1.903,09	R\$ 1.979,21	R\$ 2.058,38	R\$ 2.140,72

ANEXO III

DAS GRATIFICAÇÕES

I – FUNÇÃO

FUNÇÃO	VALOR		
	Pequeno Porte	Médio Porte	Grande Porte
DIRETOR	R\$ 900,00	R\$ 1.100,00	R\$ 1.300,00
DIRETOR ADJUNTO	R\$ 700,00	R\$ 900,00	R\$ 1.100,00
COORDENADOR PEDAGÓGICO	R\$ 800,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.200,00
SECRETÁRIO ESCOLAR	R\$ 500,00	R\$ 700,00	R\$ 900,00
SUPERVISOR ESCOLAR	R\$ 600,00	R\$ 800,00	R\$ 1.000,00
TÉCNICO EDUCACIONAL	R\$ 600,00	R\$ 800,00	R\$ 1.000,00
ASSESSOR TÉCNICO	R\$ 700,00	R\$ 900,00	R\$ 1.100,00

II – DO MAGISTÉRIO

A GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO ESTÁ INSTITUÍDA NO PERCENTUAL DE 20% (**VINTE PORCENTO**) SOBRE O VENCIMENTO BASE DO PROFESSOR REGENTE, ATENDENDO A META 18 DO PME (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO) 2015/2025, LEI 798/2015.

ANEXO IV

O PORTE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE QUE TRATA ESTA LEI É DEFINIDO A PARTIR DO NÚMERO DE ALUNOS, NOS SEGUINTE TERMOS.

- 1) **Escola de Pequeno Porte:** Até 400 (quatrocentos) alunos;
- 2) **Escola de Médio Porte:** de 401 (quatrocentos e um) até 800 (oitocentos) alunos;
- 3) **Escola de Grande Porte:** Acima de 800 (oitocentos) alunos.